****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,30, Ano 67 terça-feira**

**15 de Fevereiro de 2022**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**DECRETOS**

**REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DOC DE 12 DE FEVEREIRO DE 2022**

**DECRETO Nº 61.049, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022**

Declara de utilidade pública as entidades que especifica, nos termos da Lei nº 4.819, de 21 de novembro de 1955, e alterações posteriores.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e à vista do que consta dos processos administrativos nº 6010.2020/0002907-6, nº 6010.2021/0002055- 0, nº 6010.2021/0002332-0, nº 6010.2021/0002361-4, nº 6010.2021/0002362-2, nº 6010.2021/0002390-8, nº 6010.2021/0002411-4, nº 6010.2021/0002507-2, nº 6010.2021/0002566-8 e nº 6010.2020/0004102-5,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, nos termos da Lei nº 4.819, de 21 de novembro de 1955, e alterações posteriores, as seguintes entidades sediadas no Município de São Paulo:

I - ASSOCIAÇÃO FILHOS DO CORAÇÃO, CNPJ nº 08.541.400/0001-16;

II - ASSOCIAÇÃO JOVENS DO FUTURO, CNPJ nº 05.960.559/0001-87;

III - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FAMÍLIA EM MISSÃO, CNPJ nº 97.534.600/0001-71;

IV - CLUBE DE MÃES IYA OGUNTÉ, CNPJ nº 73.002.313/0001-52;

V - ONG ALERTA CRIANÇA, CNPJ nº 02.395.963/0001-67;

VI - ONG VIDA ENCANTADA, CNPJ nº 25.521.991/0001-89;

VII - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMIGOS DA INFÂNCIA, CNPJ nº 22.988.218/0001-39;

VIII - CASA DOS INOCENTES, CNPJ nº 45.702.792/0001-84;

IX - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CLUBE DE MÃES PEQUENO RODRIGO, CNPJ nº 00.846.810/0001-63; X – GRUPO SOCORRISTA MARIA DE NAZARÉ, CNPJ nº 43.309.145/0002-62.

Art. 2º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 11 de fevereiro de 2022, 469º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 11 de fevereiro de 2022.

**SECRETARIAS**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**DESPACHO AUTORIZATÓRIO - SEI**

**Nº8110.2021/0000812-6**

ASSUNTO: Aquisição de serviço para confecção de 200 crachás em PVC laminado flexivel, com impressão, frente, cantos arredondados, formato aproximadamente de 85,75mm x 54,00 x 0,76mm COR 4/0 com furo ovoide na parte superior central, para a Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e demais elementos constantes n° 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal n° 44.279/2003 e Decreto Municipal n° 54.102/2013, bem como em parecer exarado dos presentes autos, em especial a manifestação da Assessoria Técnico- -Jurídica desta Fundação (SEI 058566790) e com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n° 8666/93, AUTORIZO a contratação direta, pelo menor valor, a empresa: DMP COMERCIO E SERVICOS TECNICOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.490.346/0001-71, para confecção de 200 crachás em PVC laminado flexivel, com impressão, frente, cantos arredondados, formato aproximadamente de 85,75mm x 54,00 x 0,76mm COR 4/0 com furo ovoide na parte superior central,para a Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura. Pelo valor global estimado de R$ 1.832,00 (um mil oitocentos e trinta e dois reais), O prazo de execução do contrato terá duração de 12

(doze) meses, com previsão de início em 01/03/2022, podendo ser prorrogado por idênticos períodos e nas mesmas condições, desde que haja concordância das partes, observado o prazo limite constante do art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

II – Em consequência, fica autorizada a emissão das respectivas notas de empenho, liquidação e pagamento, onerando a dotação 80.10.12.122.3024.2.1003.3.90.39.0000. Informo ainda, havendo saldo da reserva poderá ser cancelado.

III – Fica indicado como fiscal a servidora Sra. Gisele Emerenciano, RF nº 8472904 e como suplente o a Maria de Fatima Santana dos Santos, RF nº 7808721.

IV- Local de entrega: Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura , localizado na Av: São João 473, 6° andar - Bairro Centro- São Paulo/SP CEP 01035-000, aos cuidados do setor de Gestão de Pessoas.

**SERVIDORES PAG. 28**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS EM PECÚNIA E**

**DEMAIS DIREITOS:**

**DEFIRO** o pagamento de férias da ex-servidora abaixo, nos termos da O.N. 02/94-SMA, com as alterações do Despacho Normativo n° 002/SMG-G/2006 e da ON. N° 003/SMG-G/2008, acrescido de 1/3:

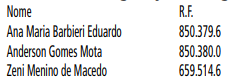
**883.120.3/1–ALINE LIS RAMOS PEREIRA MELCOP**, processo nº. 6064.2022/0000196-0 relativo a 15 (quinze) dias restantes do exercício de 2021 e 30 (trinta) dias do exercício de 2022.

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**SUPERVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS**

A Diretora Geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar LÍCITO, o acúmulo de cargos de acordo com a legislação em vigor, :



**EDITAIS PAG. 37**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**PROCESSO SEI NO 8110.2022/0000081-0**

**EDITAL Nº 04/2022**

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA COMO BOLSISTAS, NO ÂMBITO DO PRONATEC – PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO NA CIDADE DE SÃO PAULO.

DESTINAÇÃO: EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS

A Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, publicou no dia 28 de janeiro de 2022, edital 04/2022, estabelecendo período de inscrições do dia 07 e 08 de fevereiro e retificado em 08/02 publicando extensão de prazo para inscrições até o dia 10 de fevereiro de 2022.

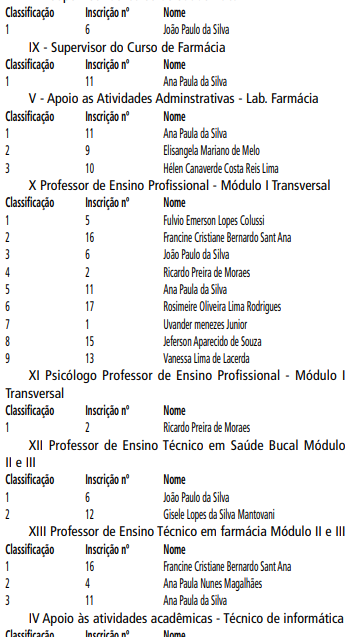
Nesse período, a Fundação Paulistana, recebeu inscrição de 18 pessoas; sendo permitido a apresentação de documentos obrigatórios para mais de 1 (hum cago).

No dia 11 de fevereiro de 2022, das 15:00 as 18:00, a Comissão interna de seleção, instituída pela portaria 53/FPETC/2021 e 02/FPETC/2022, reuniu-se para avaliar as propostas recebidas, seguindo os critérios dispostos no Edital 04/2022.

As análises foram feitas por ordem de entrega de documentação pelos candidatos, por ordem de chegada; enumerados, conforme consta na tabela geral de classificação, com número de inscrição; decorrendo, assim, e em dois âmbitos: validação da proposta sem impedimento e classificação por pontuação, conforme tabelas de pontuação.

Desse modo, a classificação e pontuação dos candidatos DEFERIDOS por cargo, nos critérios citados, seguem:

VIII Supervisor do Curso de Saúde Bucal





**DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**6074.2022/0000358-4**

Notificação de Publicação nº 005/2022/SMDHC/DP/DAC

Prezado Sr (a). Representante Legal da OSC “Ação Comunitária do Brasil São Paulo”.

CNPJ: 61.750.246/0001-75

Endereço: Rua Amacas, nº 243, Campo Limpo, CEP: 05792- 030

Projeto: “Cultura & Lazer”.

Termo de Convênio: 072/2012/SMPP

Processo nº 2012-0.156.643-2 e 2012-0.277.910-3

Notificamos para sanar inconsistências em relação ao referido projeto. O prazo para atendimento à presente notificação é de 15 (quinze) dias corridos, a partir da publicação. Decorrido o prazo sem que haja manifestação, serão aplicadas as penalidades cabíveis.

Para informações em relação às inconsistências acima mencionadas solicitamos que seja enviado e-mail para: prestacaodecontassmdhc@prefeitura.sp.gov.br

**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA LGBTI**

**ATA DA REUNIÃO GERAL DO CONSELHO**

**MUNICIPAL DE POLÍTICAS LGBTI+**

Aos VINTE E NOVE DE NOVEMBRO de 2021, às dezessete horas, aconteceu a reunião virtual (via aplicativo MEET).

PRESENÇA da Coordenação de Políticas LGBTI+, na pessoa de

Fe Maidel; COMPOSIÇÃO DA MESA: Sociedade Civil (pessoa física e pessoa jurídica) na pessoa de seus representantes titulares e suplentes, eleitos conforme votação realizada no dia 01.02.2021 e posse realizada de modo virtual em 16.03.2021, bem como pelo Poder Público composto pelas Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social; de Educação; da Saúde; de Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e Turismo; de Habitação e Guarda Civil Metropolitana, Secretaria Municipal de Cultura.

Primeiramente tratou-se de assuntos objeto de deliberação:

1. Aprovação das atas das sessões anteriores (em anexo), enviadas por e-mail ao Conselho, devendo este indicar, também por e-mail, a aprovação ou reprovação das atas.

2. Apresentação de resposta aos questionamentos:

2.1. Dos conselheiros André Beneit e André Sardão:

2.1.1. Levantamento sobre o consumo de drogas na comunidade e planos de ação. A Coordenação está em contato com o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool para dialogar sobre a situação e entender quais ações podem ser tomadas para a redução de danos, assim como para a ampliação do entendimento da comunidade sobre o tema. Quando uma reunião sobre o assunto for agendada, a Coordenação irá convidar os conselheiros/as/es que desejarem participar. O conselheiro Renato Monteiro sugeriu uma ação combinada entre prevenção de ISTs e Drogas, ao que a Presidência concordou, apontando que existe uma correlação muito grande entre os dois temas. A conselheira Nicolle Mahier exemplificou essa correlação citando o caso de pessoas que fazem uso de drogas durante a prática sexual.

Neste ponto, durante a discussão deste assunto, a Presidência autorizou a solicitação de palavra de GHE SANTOS, ex -conselheiro e participando como cidadão, que manifestou sua discordância em relação ao entendimento da Presidência sobre o Regimento Interno. Para justificar seu posicionamento, ele citou o art. 36 do Regimento Interno e afirmou que o Conselho não possui mecanismo de publicização de suas reuniões.

Uma vez que sua fala não se relacionava com o assunto em pauta, a Presidência o interrompeu para fazer cumprir a sequência correta da pauta, enfatizando ainda que toda participação é bem-vinda, desde que construtiva. Em seguida, a Presidência submeteu à votação a retirada de Ghe Santos da sessão, por não ter respeitado a interrupção e a sequência da pauta, ao que foram contrários o conselheiro André Dias e a conselheira Nicolle Mahier, favorável a conselheira Claudia Tavares e se absteve o conselheiro Renato Monteiro; os demais conselheiros/as/es não se manifestaram e GHE SANTOS foi mantido na reunião.

2.1.2. Capacitação e treinamento para população LGBT – criação de empregos. Em reunião com representante do CIEJA Paulo Emilio Vanzolini, a Coordenação foi informada sobre o equipamento Centro Municipal de Capacitação e Treinamento (CMCT), que oferece cursos de profissionalização. Quando receber o material sobre o equipamento, a Presidência irá compartilhar com os conselheiros/as/es para que divulguem para a comunidade. Além disso, o Conselho pode requisitar ao equipamento treinamentos específicos, para capacitar a população LGBTI+ para as oportunidades que surgirão futuramente.

2.1.3. Envelhecimento LGBT. A Coordenação ainda irá agendar reunião com a Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa para tratar sobre o tema.

2.2. Da conselheira Aysha Cristiane:

2.2.1. Solicitação de reunião com os representantes da SPTrans para uma resposta sobre a violência sofridas por pessoas LGBT no transporte público. Com o inicio do recebimento de denúncias de LGBTIfobia por meio do Portal 156, a Coordenação passou a entender de maneira mais ampla o panorama das denúncias no munícipio: das 10 (dez) denúncias recebidas até o momento, 30% se referem a SPTrans. A própria SPTrans recebe milhares de denúncias, por isso a Coordenação solicitou mais informações sobre as denúncias de LGBTIfobia recebidas pela empresa para em seguida agendar uma reunião, a pedido da conselheira Aysha Cristiane, e tratar sobre esse tema.

2.3. Sobre a possibilidade de reunião presencial do Conselho e alternativas. A Presidência sugeriu que as reuniões mensais do Conselho sejam mantidas na modalidade virtual em razão dos riscos que a pandemia ainda apresenta, mas propôs que, em contrapartida, as reuniões dos GTs sejam realizadas presencialmente, durante o mês, para discutir as demandas e leva-las já resolvidas para a reunião mensal do Conselho, assim agilizando o trabalho e tornando-o mais eficiente. Também ficou acordado que, conforme as demandas forem sendo discutidas e resolvidas, a Presidência avisará por e-mail aos conselheiros/as/es. Os conselheiros/as/es Adriana Silva, André Sardão, Renato Monteiro e Claudia Tavares se manifestaram a favor da proposta. A conselheira Nicolle Mahier também concordou, mas pontuou que, em sua percepção, comparativamente com outras gestões das quais ela participou, há um esmaecimento do Conselho por suas atividades permanecerem online.

2.4. Sobre a apresentação de material ao GT Transcidadania. A Presidência apresentou o material ao grupo de trabalho Transcidadania e irá também encaminhá-lo ao Conselho como um todo, para que o diálogo seja ampliado. A Presidência enfatiza, porém, que a participação para construção conjunta do próximo edital referente ao programa Transcidadania deve acontecer até o inicio do ano de 2022, quando se encerra o prazo para elaboração. Por solicitação da conselheira Nicolle Mahier, um aparte sobre as alterações propostas no Plano de Metas da Prefeitura para 2021/24 referentes ao Programa Transcidadania foi emitido. O GT irá se reunir novamente para discutir essas questões.

2.5. Do conselheiro André Sardão:

2.5.1. Situação do tratamento hormonal nas UBS de São Paulo. Antes de introduzir seu questionamento, o conselheiro André Sardão informou que assim que o Plano Municipal de Segurança, discutido na sessão anterior, estiver pronto, será encaminhado ao Conselho para que este opine sobre as questões LGBTI+ envolvidas. Também apontou que as reuniões do Conselho possuem previsão indicativa de 1 (uma) hora, mas não necessariamente a mesma duração, podendo se estender se necessário. Sobre a Sociedade Civil, afirmou que seu entendimento é de que todos podem se manifestar, desde que comuniquem sobre o que falarão, tenham sua solicitação de fala aprovada pelo Conselho e falem no contexto do assunto em discussão; sendo sobre outro assunto, devem avisar e esperar o final da pauta. Em seguida, o conselheiro informou que tem recebido reclamações de munícipes sobre espera de 6 (seis) meses para se consultarem com um profissional endócrino, consulta esta necessária para o tratamento hormonal.

Além disso, também não conseguem realizar a cirurgia de resignação, há falta de profissionais psicólogos e pedidos de exame de sangue para verificar a resposta do organismo aos medicamentos que fazem parte do tratamento. A Presidência informou que está sendo feito um esforço árduo, em conjunto com a Conselheira da Secretaria Municipal de Saúde, para que situações como essa não se repitam, e explicou que as denúncias devem ser enviadas oficialmente, pelos conselheiros/as/es, desde que se refiram a equipamentos municipais, para que as providências possam ser tomadas. A conselheira Adriana Silva se colocou à disposição para atender questões desse tipo. A conselheira Nicolle Mahier pontuou que é necessário entender quem exatamente são as pessoas que utilizam o serviço de tratamento hormonal e que é papel dos conselheiros/as/es, além de representar, também receber e encaminhar essas denúncias.

A Presidência sugeriu tratar o tema de hormonização no âmbito do GT Transcidadania, já que estão relacionados. A Conselheira

Nicolle Mahier sugeriu que o Conselho organize ações para o mês de visibilidade trans, em janeiro.

2.5.2. Pesquisa sobre população LGBTQIA+. A Presidência conclamou o Conselho a ir até a Câmara Municipal para conversar com os vereadores e vereadoras sobre a realização de um censo. Adicionalmente, propôs a criação de um grupo de trabalho específico para esse tema. Os conselheiros/as/es Claudia Tavares, André Dias, André Sardão, Renato Monteiro e Joo Paule manifestaram interesse em participar.

Ademais, a conselheira Claudia Tavares propôs ao GT de Habitação agendar uma reunião para discutir um plano habitacional específico para a população LGBTI+, como forma de combater as más condições habitacionais às quais a população tem sido submetida. A Presidência concordou e informou quem são os conselheiros/as/es que compõem o GT de Habitação.

**ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA.**

Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada digitalmente por todos, conforme lista a seguir:

Pessoa Física Sociedade Civil:

a) Segmento de Lésbicas: Claudia Tavares - Suplente

b) Segmento de Gays: André Henrique de Freitas Beneit – Titular

d) Segmento de Homens Bissexuais: André Sardão – Titular

e) Segmento de Mulheres Travestis: Nicolle Mahier – Titular

f) Segmento de Mulheres Transexuais: Aysha Cristiane Oliveira – Titular

g) Segmento de homens transexuais: Gil Santos – Titular

h) Organização da Sociedade Civil sem Personalidade Jurídica Titular: Renato Monteiro – Representante

Poder Público:

a) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – Fe Maidel

c) Secretaria Municipal de Habitação – Cristina Gomes

Baltazar

d) Secretaria Municipal de Segurança Urbana – Luciano Oliveira

e) Secretaria Municipal de Cultura: Terra Johari

g) Secretaria Municipal de Educação: Anna Luísa de Castro

**ATA DA REUNIÃO GERAL DO CONSELHO**

**MUNICIPAL DE POLÍTICAS LGBTI+**

Aos TRINTA E HUM DE JANEIRO de 2022, às dezessete horas, aconteceu a reunião virtual (via aplicativo MEET; PRESENÇA da Coordenação de Políticas LGBTI+, na pessoa de Fe Maidel;

COMPOSIÇÃO DA MESA: Sociedade Civil André Henrique Beneit, Vice-Presidente.

Primeiramente tratou-se de assuntos objeto de deliberação:

1. Aprovação da ata da reunião anterior: aprovou-se o envio por e-mail aos conselheiros/as/es, devendo estes indicar na resposta à mensagem também por e-mail, a sua aprovação ou, em caso de não aprovação da ata, as alterações a serem feitas.

2. Apresentação de temas:

2.1. Votação das datas das reuniões para o ano de 2022:

A Presidência relembrou que, por falta de quórum, a última reunião do ano da 2021 deste Conselho, marcada para dia

20/12/2021, foi cancelada. Na Pauta desta reunião constava o tópico de agendamento das reuniões do ano 2022. Ficou definida por votação e foi decidido pelos/as/es conselheiros/as/es que a última quinta-feira de cada mês, às 17:00 horas, será a nova data de realização das reuniões do Conselho.

2.2. Escolha da data da eleição da nova presidência e vice- -presidência.

A Presidência relembrou também que, na mesma pauta cancelada constava o tópico de agendamento da data de eleição da nova Presidência e Vice-Presidência do Conselho Municipal de Políticas LGBTI+. Por consenso, foi decidido que a eleição se iniciaria ao fim da pauta da reunião em curso, devendo os/as/es candidatos/as/es às vagas se manifestarem no chat. Manifestaram sua candidatura a Presidência, os conselheiros André Sardão e Gil Santos, e para a Vice-Presidência, aconselheira Fe Maidel.

2.3. Encaminhamento dos casos de usuários com problemas referentes ao tratamento hormonal nas UBSs da capital.

O conselheiro André Sardão solicitou que o assunto fosse tratado em outro momento da pauta, justificando que os usuários interessados ainda não haviam conseguido comparecer a reunião, mas o fariam antes que ela se encerrasse. O conselheiro Gil Santos pediu a palavra, se identificando como conselheiro gestor da UBS Santa Cecília, e afirmou que não poderia solucionar as denúncias das quais não tivesse conhecimento. Manifestou também eu ante aos fatos, uma vez que participa de um grupo no aplicativo Whatsapp com 140 usuários/as/es trans e travestis que trata de hormonioterapia nesta UBS, e ainda assim afirma não chegou ao seu conhecimento essas denúncias. Por fim, enfatizou a necessidade de as denúncias em questão sejam analisadas e comprovadas.

A Presidência solicitou ao conselheiro André Sardão que avisasse quando os usuários interessados estivessem presentes na reunião para que o assunto fosse retomado. Logo em seguida , assim que o usuário ingressou na reunião, o assunto foi retomado a partir da fala da conselheira Tânia Regina, que explanou sobre os casos.

Primeiramente, sobre a dificuldade de ser acompanhado na UBS Santa Cecília, a conselheira Tânia a caracterizou como retroativa, pois trata de fatos que aconteceram há três gestões atrás, o que dificultaria sua resolução; além disso, pontuou que, do ponto de vista da Secretaria Municipal de Saúde, a UBS Santa Cecília é referência.

A respeito da segunda queixa, ser atendido por ginecologistas, a conselheira Tânia citou o protocolo municipal e a portaria federal nº 2803 de novembro de 2013, que determina que várias especialidades médicas podem atender dentro do processo transexualizador, e afirmou que os profissionais da UBS em questão são capacitados para tal atendimento.

A conselheira Tânia também explicou que, apesar de todas as queixas serem encaminhadas rapidamente, há uma grande demanda pela UBS Santa Cecília, que representa quase que a totalidade dos atendimentos relacionados ao processo transexualizador no munícipio. Nesse momento, o usuário interessado ao invés de pedir a palavra, abriu seu áudio, ao que a Presidência pediu que ele se comunicasse por meio do chat, como determinado pelo Regimento.

A conselheira Tânia prosseguiu, a respeito do questionamento sobre o fluxo da fila para cirurgias do processo transexualizador, em especial a demora, e explicou que a gestão da fila é realizada por um órgão estadual, que há poucos hospitais que realizam essas cirurgias, ainda com pouca frequência, o que contribui para o aumento no tempo de espera. Por outro lado, compartilhou os dados positivos das cirurgias no ano de 2021, que representam um aumento em relação a anos anteriores.

A conselheira Nicolle Mahier parabenizou a conselheira Tânia pelos resultados, apontando a dificuldade de articulação com hospitais para que realizem esse tipo de cirurgia, mas pediu que, quando houver denúncia como essas, não sejam citados os nomes das pessoas denunciantes, argumentando que há o que ela classifica como escalonamento da transfobia em níveis baseado nas vulnerabilidades apresentadas pela pessoa trans. A conselheira Tânia respondeu reconhecendo a existência dessas questões trazidas pela conselheira Nicolle Mahier, e apresentando ações que estão sendo feitas para minimizar essa realidade, como as sensibilizações das unidades de saúde e o desenvolvimento de um curso EAD sobre direitos LGBTI+.

2.4. Ações pautadas pelo GT Relações Institucionais

A Presidência passou a citar ações que foram pautadas na reunião, no mês de dezembro, do GT de Relações Institucionais, em que participaram, além dela própria, os conselheiros André Sardão e André Henrique: primeiramente, a preocupação sobre o uso recreativo de drogas pela comunidade LGBTI+, razão pela qual está sendo iniciada uma articulação intersecretarial para lidar com a questão de maneira focada, especialmente considerando as violências contra pessoas LGBTI+ em lugares monitorados pelo tráfico, o que pode resultar em uma campanha. A Presidência citou, para exemplificar essa violência, as mortes recentes na região da Cracolândia, que ainda estão sendo apuradas; sobre elas, a Presidência afirmou já ter entrado em contato com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e com a conselheira Tânia, e sugeriu que seja criado um GT para tratar do assunto, com o conselheiro André Henrique liderando. O conselheiro André Henrique aceitou participar, assim como os/as/es conselheiros/as/es André Dias Sardão, Fe Maidel, Aysha Cristiane e Monteiro Seth

Outra ação pautada na reunião do GT de Relações Institucionais foi a necessidade da criação de um censo sobre a população LGBTI+ do munícipio. A presidência lembrou que, na reunião, foi mencionado o fato de já haver entendimentos neste sentido e que a pauta trazida poderia acelerar o processo de Parcerias, viabilizando o pleito. Informou que essas negociações haviam caminhado satisfatoriamente e que a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania lançará em breve o Cadastro Municipal LGBTI+, para colher dados sociodemográficos sobre essa população, conclamando a todos/as/es que divulguem o Cadastro e incentivem o preenchimento. A Presidência parabenizou o Conselho pela conquista. O conselheiro André Sardão também parabenizou o conselheiro André Henrique e a

Prefeitura de São Paulo.

A Presidência explicou que o Cadastro ainda está sendo desenvolvido, sobre uma plataforma oferecida sem custo por um parceiro, e que em breve trará mais informações. O conselheiro André Henrique manifestou sua preocupação quanto a metodologia da pesquisa, ao que a Presidência respondeu com a leitura do termo de uso, objetivos e cuidados com os dados, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O suplente Alexandre Serdeira sugeriu que seja recuperada, pela Coordenação, uma pesquisa de 2017 sobre o consumo da população LGBTI+ para que seja cruzada com os dados do Cadastro Municipal LGBTI+. A Presidência manifestou sua preocupação com o teor invasivo que questionamentos sobre consumo individual costumam ter em pesquisas, esclarecendo que o objetivo do Cadastro é entender de maneira mais ampla a realidade da população; ainda assim, irá requisitar a pesquisa como comparação.

A Presidência disse que, quando for possível, o Cadastro será trazido de maneira teste para o Conselho, para que todos/ as/es conselheiros/as/es sintam-se à vontade com o uso.

A conselheira Nicolle Mahier posicionou-se de maneira contrária ao uso da palavra “recreativa”, referindo-se ao tópico anterior. A respeito do Cadastro, questionou o que será feito com os dados após serem coletados, qual autoridade será responsável pela gestão, quem está definindo as perguntas e qual exatamente o objetivo do Cadastro. A Presidenta respondeu que os dados serão usados para a elaboração do perfil da população LGBTI do município e que ela está liderando pessoalmente o desenvolvimento da pesquisa, em razão de sua experiência prévia em assuntos de TI, junto com a equipe da Coordenação de Políticas para LGBTI+. Quanto ao acesso da população à pesquisa, esclareceu que está em estudo a possibilidade dos cinco (5) Centros de Cidadania LGBTI do município serem disponibilizados para que as pessoas possam responder à pesquisa de maneira sigilosa, dentro de suas instalações. A partir da coleta dos dados, estes serão utilizados para subsidiar a melhoria ou a criação de políticas públicas municipais. A conselheira Bárbara Quenca questionou se existe financiamento para a pesquisa, como será o atendimento a pessoas em vulnerabilidade e como será a divulgação, ao que a Presidência respondeu que a plataforma foi doada pelo parceiro e que a prefeitura está colocando à disposição os equipamentos relacionados à rede de atendimento LGBTI+ para atender especialmente as pessoas em vulnerabilidade, e que a divulgação será feita por todos os meios que a Prefeitura possui. Em seguida, a conselheira Bárbara Quenca questionou sobre a segurança dos dados, ao que a Presidência respondeu que ainda está sendo desenvolvido. A conselheira Bárbara Quenca enfatizou seu posicionamento favorável ao Cadastro, propondo que a segurança seja um eixo central e sugerindo que sejam convidadas universidades públicas para participarem no processo de desenvolvimento.

Mais uma vez, a Presidência enfatizou que o Cadastro ainda está em desenvolvimento e que muitas dúvidas não poderiam ser esclarecidas naquele momento, sugerindo então uma reunião para tratar apenas desse assunto quando o Cadastro estiver com seu desenvolvimento mais avançado.

A Presidência solicitou, com isso a finalização dos debate, visto o avançado da hora e o fato da conselheira Barbara ter excedido seu tempo de fala, além do fato de ter-se escolhido o término da sessão para a eleição, e foi interpelada pelos membros do conselho como se tivesse cerceado a palavra à conselheira. A conselheira Nicole Mahier afirmou que a presidenta estava se alterando, no que foi contestada, pois pareceu a ela que a discussão se alongaria sem que houvesse desfecho.

2.5. Eleição da nova presidência e vice-presidência.

A Presidência proferiu seu voto e, por questões de ordem pessoal, precisou se ausentar, solicitando à Vice-Presidência que conduzisse a eleição dali em diante, encerrando sua participação.

Conduzindo o processo de votação a Vice-Presidência informou que se candidataram até o final da reunião os conselheiros

André Sardão e Gil Santos, que receberam, respectivamente, 6

(seis) e 2 (dois) votos. Sendo assim o conselheiro André Sardão foi eleito para a Presidência do Conselho Municipal de Políticas

LGBTI+ para o ano de 2022. Para a vice-presidência, houve candidatura única da conselheira Fe Maidel, que recebeu 3 (três) votos e foi eleita para a Vice-Presidência do Conselho Municipal de Políticas LGBTI+ para o ano de 2022.

Após a saída da Presidenta da reunião, vários comentários foram externados pela conselheira Nicole Mahier, afirmando que a presidenta é “grosseira”, “reativa”, “que samba na cabeça das pessoas”, e que só não falou antes pois “ela estava como presidenta” e que “a partir de agora não iria mais admitir isso”.

**ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA.**

Antes da finalização da reunião, o Vice-Presidente passou a palavra ao cidadão Gedilson Santos (Ghê), que por problemas técnicos não conseguiu falar, e também ao cidadão Leandro Lago, que em sua fala enfatizou a centralidade do conflito e da comunicação no processo democrático.

Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada eassinada digitalmente por todos, conforme lista a seguir:

Pessoa Física Sociedade Civil:

a) Segmento de Lésbicas: Bárbara Silva Quenca – Titular

b) Segmento de Gays: André Henrique de Freitas Beneit – Titular

c) Segmento de Mulheres Bissexuais: Adriana da Silva - Titular

d) Segmento de Homens Bissexuais: André Sardão – Titular

e) Segmento de Mulheres Travestis: Nicolle Mahier – Titular

f) Segmento de Mulheres Transexuais: Aysha Cristiane Oliveira – Titular

g) Segmento de Homens transexuais: Gil Santos – Titular

h) Organização da Sociedade Civil sem Personalidade Jurídica: Renato Monteiro – Representante Titular

Poder Público:

a) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

– Fe Maidel

b) Secretaria Municipal da Saúde - Tania Regina Correa de Souza

c) Secretaria Municipal de Habitação – Cristina Gomes

Baltazar

d) Secretaria Municipal de Segurança Urbana – Luciano

Oliveira

e) Secretaria Municipal de Cultura: Terra Johari

g) Secretaria Municipal de Educação: Anna Luísa de Castro

h) Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo – Cleia Maria Ferreira Lima

Ata produzida pela Secretaria do Conselho Municipal de

Políticas para LGBTI, Reginaldo Machado (RF 888.782-9)